

§ 1º Os servidores escalados poderão realizar as atividades de forma presencial, em seu local de trabalho, ou remotamente quando for possível e houver interesse deste Poder.

§ 2º As atividades realizadas no turno do serviço extraordinário deverão ser registradas em relatório circunstanciado para conhecimento da Presidência do Tribunal de Justiça.

Art. 8º As horas trabalhadas durante o período do serviço extraordinário serão computadas na forma da legislação que regulamenta a prestação de serviço extraordinário no âmbito do Poder Judiciário do estado de Pernambuco, de acordo com a Resolução nº 269/2009.

§ 1º A vedação dessa vantagem para os servidores que recebam função gratificada, tratada no §1º do Art. 5º da Resolução nº 269/2009, não será aplicada aos servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

§ 2º A regra prevista no § 2º do Art. 5º da Resolução nº 269/2009 não se aplica a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação no atendimento de situações contingenciais e urgentes, onde as solicitações de serviços extraordinários poderão ser encaminhadas em até 72 horas após a prestação do serviço.

§ 3º Os limites de que trata o Art. 8º da Resolução nº 269/2009 serão ampliados para 8 (oito) horas diárias, nos finais de semana, recessos e feriados e 40 (quarenta) horas mensais para as atividades extraordinárias executadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

§ 4º Se, por interesse da Administração, o serviço extraordinário exceder as 8 (oito) horas diárias, as horas excedentes serão convertidas em horas a compensar, utilizando o mesmo critério de cálculo previsto no art. 10 da Resolução nº 269/2009.

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 9º O limite do banco de horas tratado no § 3º do art. 22 da Instrução Normativa nº 18/2017 será ampliado para 36 horas.

Art. 10. O disposto nesta Resolução aplica-se apenas aos servidores lotados na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Art. 11. Caberá à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação regulamentar a matéria, no que tange às escalas de sobreaviso e de serviço extraordinário programado, publicação em meios oficiais, bem como autorizar a unidade de sua estrutura administrativa a realizar trabalhos sob o regime de sobreaviso ou serviço extraordinário programado, comprovada a necessidade.

Art. 12. A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação ficará responsável pela aferição da carga horária trabalhada, no regime de sobreaviso e serviço extraordinário programado, por meio dos registros de acesso de seus servidores, seja presencial ou remotamente.

Art. 13. O sistema de controle de frequência deverá permitir que as horas trabalhadas em regime de sobreaviso ou em regime de serviço extraordinário, executadas de forma remota, ou seja, fora do local de trabalho, desde que autorizadas e que não forem remuneradas, possam ser incluídas neste sistema pela chefia imediata ou mediata.

Parágrafo Único. As horas trabalhadas em regime de serviço extraordinário que forem remuneradas não poderão ser computadas para o Banco de Horas.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, de setembro de 2021.

**Desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos**

Presidente

**ATO CONJUNTO Nº 39, DE 15 DE SETEMBRO DE 2021.**

Ementa: Dispõe sobre a retomada das atividades presenciais, a partir de 20.09.2021; determina o retorno do horário regular do expediente forense nas Unidades Administrativas e Judiciárias de 1º e 2º grau da comarca da Capital; define percentual de servidores (as) que devem cumprir expediente presencial diário, em sistema de rodízio, e dá outras providências.

O Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Desembargador FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS, e o Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIREDO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e,

CONSIDERANDO o avanço da vacinação no estado de Pernambuco, que, além de segmentos específicos como área de saúde, passou a abranger, em algumas cidades, pessoas com 12 anos;

CONSIDERANDO a natureza essencial da atividade jurisdicional e a necessidade de se estabelecer um percentual mínimo de pessoas para o retorno presencial, de modo a extirpar dúvidas;

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de assegurar a saúde de todos os magistrados, servidores, estagiários, colaboradores e demais usuários dos serviços judiciários, na atual conjuntura epidemiológica de pandemia, cujos dados vêm apresentando certa estabilidade;

RESOLVEM:

Art. 1º Estabelecer, a partir de 20.09.2021, o retorno do horário regular do expediente forense em todas as Unidades Administrativas e Judiciárias situadas na Comarca da Capital.

Art. 2º Nas Unidades Judiciárias e Varas Únicas de 1ª e 2ª entrâncias, permanece, até ulterior deliberação, o horário de expediente presencial compreendido entre 7h e 13h.

Parágrafo único. Em hipóteses excepcionais, devidamente fundamentadas, o(a) Juiz(a) da Comarca ou Unidade Judiciária poderá determinar o cumprimento do expediente presencial em horário diferenciado, por servidor(a) específico(a), em casos ou dias especiais, submetendo à prévia autorização do Conselho da Magistratura.

Art.3º Definir o percentual de 70% (setenta por cento) do total das pessoas alocadas nas Unidades Administrativas e Judiciárias do Poder Judiciário de Pernambuco, em expediente presencial diário, enquanto os demais servidores devem permanecer em regime diferenciado de trabalho remoto de modo a cumprirem o horário regular da Unidade.

§ 1º O quantitativo de usuários internos em horário de expediente presencial não deve ultrapassar o percentual definido no caput, respeitando-se os protocolos de segurança já estabelecidos e divulgados, notadamente a distância de 1 m entre as estações de trabalho, uso de máscara e álcool em gel.

§ 2º Recomenda-se o sistema de rodízio de servidores (as) e colaboradores(as) em horário de expediente presencial, excluindo-se as gestantes.

§ 3º Fica autorizado o imediato retorno de todas as atividades presenciais, incluindo as visitas externas de qualquer natureza, que são realizadas por psicólogos (as), assistentes sociais, pedagogos(as), notadamente a confecção dos laudos oriundos de processos em trâmite nas Varas de Família e Registros Públicos.

§ 4º Recomendar aos Magistrados, Chefes de secretarias e Diretores que priorizem a migração de processos envolvendo parte autora idosa, bem como aqueles que são sujeitos ao cumprimento de metas estabelecidas pelo CNJ e os que entenderem prioritários

Art. 4º Manter a obrigatoriedade de apresentação da cópia do cartão de vacinação às Chefias Imediatas, bem como para aqueles que decidirem não se vacinar, indicarem a sua recusa à imunização. A informação deve ser prestada por meio do requerimento "Vacinação Covid 19 – Registro ou Recusa" do Sistema SGPDigital.

Art. 5º Fica assegurado o atendimento presencial pelos servidores, durante o horário regular do expediente da Unidade, ao advogado (a), defensor(a) público(a), promotor(a) de justiça e demais colaboradores da justiça, independente de agendamento prévio, além dos canais de atendimento na modalidade virtual, que devem ser manejados por todas as unidades administrativas e judiciária, a saber: e-mail, Siga-Me, aplicativo TjpeAtende, videoconferência, Juizado Digital e o Balcão Virtual.

§1º Permanece em vigor, até ulterior deliberação, o agendamento prévio para atendimento por magistrado(as), que pode ocorrer durante todo o horário regular do expediente da unidade .

§2º Permanece em vigor, até ulterior deliberação, o agendamento prévio para atendimento de partes e pessoas interessadas.

§3º O acesso às dependências do fórum pelas partes e testemunhas permanece restrito à data e horário da audiência ou sessão designada, sendo recomendado ao magistrado enviar semanalmente para a Diretoria do Foro as pautas, para ciência e controle.

Art. 6º Facultar aos Magistrados a realização de audiências e sessões de julgamento pela modalidade virtual ou telepresencial.

§1º Facultar a designação e realização de sessões de julgamento na modalidade presencial, dentro do horário regular do expediente, contanto que haja unanimidade dos membros do Colegiado.

§ 2º Autorizar a realização de audiências na modalidade presencial e de sessões de julgamento de júri, notadamente nas situações em que partes ou testemunhas não possuem condições técnicas para participação nos respectivos eventos por videoconferência, dentro do horário regular do expediente.

§3º Deve ser priorizada a designação de sessão presencial de júri envolvendo réus presos, devendo o magistrado, no intuito de garantir o efetivo distanciamento social, observar rigorosamente o Protocolo de Segurança adotado por este Tribunal; vedada a participação do público externo em geral, autorizando a presença das partes e de número limitado de familiares.

§4º Recomendar aos Magistrados que enviem a pauta semanal de audiências à Diretoria do Foro, para fins de controle de acesso das partes e testemunhas, bem como do fluxo de pessoas no interior do fórum.

§5º Permitir o atendimento, pelos profissionais dos CAP'S, no horário regular do expediente, devendo-se encaminhar à Diretoria do Foro a relação das pessoas e/ou famílias que serão atendidas.

Art. 7º Determinar, a partir de 20.09.2021, o retorno das audiências de custódia **em dias úteis**, mediante apresentação de custodiados, nos seguintes Polos:

I- Central de Flagrantes de Recife;

II- Polo de Audiências de Custódia de Olinda;

III- Polo de Audiências de Custódia de Jaboatão dos Guararapes;

IV- Polo de Audiências de Custódia de Nazaré da Mata.

§1º Os custodiados e a escolta deverão ingressar na área interna da Central e dos Polos, notadamente na sala de audiência, munidos de máscara.

§2º Eventual recrudescimento do atual quadro sanitário de pandemia ensejará o regresso das audiências na modalidade virtual.

§ 3º Nos demais Polos, ficam mantidas as audiências de custódia por videoconferência, até ulterior deliberação.

§4º Será mantida a modalidade de videoconferência para as audiências de custódia nos feriados e plantões judiciários em todas as sedes do Plantão.

Art. 8º Este Ato Conjunto entra em vigor no dia 20.09.2021, sem prejuízo de nova avaliação acerca da possibilidade de prorrogação ou antecipação de seu término, em face do quadro de pandemia.

Publique-se, dando ampla divulgação e comunique-se à Presidência do Conselho Nacional de Justiça a edição deste Ato Conjunto, nos moldes do art. 8º da Resolução CNJ nº 322, de 01 de junho de 2020.

Recife, 15 de setembro de 2021.

**Desembargador FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS**

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

**Desembargador LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIREDO**

Corregedor-Geral da Justiça

**PODER JUDICIÁRIO**  
**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**ATO CONJUNTO Nº 40/2021**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, Desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, o CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo, e o DIRETOR GERAL DA ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, Desembargador Adalberto de Oliveira Melo, no uso de suas atribuições, RESOLVEM:

**Art. 1º CONVOCAR todos os (as) Magistrados (as)** das Unidades Judiciárias Cíveis, Fazendárias, Criminais e Turmas Recursais para participar do 48º Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE, o qual se **realizará nos dias 22, 23 e 24 de setembro de 2021**.

**Parágrafo único.** Os(as) magistrados (as) convocados devem fazer a inscrição no Evento em conformidade com o Edital lançado pela Escola Judicial, indicando a sala temática de acordo com o disposto nos Arts. 2º, 3º, 4º e 5º deste Ato Conjunto.

**Art. 2º** Para as atividades do dia 23/09/2021, **ficam vinculados ao Grupo Cível** os (as) Magistrados(as) abaixo relacionados :

COMARCA	VÍNCULO	MAGISTRADO(A)
RECIFE	1º JECRC – CAPITAL / TITULAR 5ª TURMA RECURSAL CÍVEL – CAPITAL	ARNÓBIO AMORIM ARAÚJO JÚNIOR
RECIFE	2º JECRC - CAPITAL	LUCIANA MARIA TAVARES DE MENEZES
RECIFE	3º JECRC – CAPITAL / SUPLENTE 1ª TURMA RECURSAL CÍVEL – CAPITAL	NALVA CRISTINA BARBOSA CAMPELLO
RECIFE	4º JECRC - CAPITAL / TITULAR 8ª TURMA RECURSAL CÍVEL - CAPITAL	SÉRGIO JOSÉ VIEIRA LOPES
RECIFE	5º JECRC - CAPITAL	MARIA ROSA VIEIRA SANTOS
RECIFE	6º JECRC - CAPITAL	MICHELLE DUQUE DE MIRANDA SCALZO
RECIFE	7º JECRC - CAPITAL	SÉRGIO AZEVEDO DE OLIVEIRA
RECIFE	8º JECRC - CAPITAL	SAULO SEBASTIÃO DE OLIVEIRA FREIRE
RECIFE	9º JECRC - CAPITAL / TITULAR 2ª TURMA RECURSAL CÍVEL – CAPITAL	MARIA THEREZA DE PAES SÁ MACHADO
RECIFE	10º JECRC - CAPITAL / SUPLENTE 8ª TURMA RECURSAL CÍVEL - CAPITAL	PAULO HENRIQUE MARTINS MACHADO
RECIFE	11º JECRC - CAPITAL / TITULAR 3ª TURMA RECURSAL CÍVEL – CAPITAL	PAULO ROBERTO ALVES DA SILVA
RECIFE	12º JECRC – CAPITAL / TITULAR 2ª TURMA RECURSAL FAZENDÁRIA E CRIMINAL –CAPITAL	ABELARDO TADEU DA SILVA SANTOS
RECIFE	13º JECRC – CAPITAL / TITULAR 6ª TURMA RECURSAL CÍVEL - CAPITAL	FERNANDA PESSOA CHUAHY DE PAULA NICOLE DE FARIA NEVES
RECIFE	14º JECRC – CAPITAL / TITULAR 3ª TURMA RECURSAL CÍVEL – CAPITAL	FELIPPE AUGUSTO GEMIR GUIMARÃES
RECIFE	15º JECRC – CAPITAL / TITULAR 7ª TURMA RECURSAL CÍVEL - CAPITAL	LUCIANA FERREIRA DE ARAUJO MAGALHAES
RECIFE	16º JECRC - CAPITAL	MARIA BETÂNIA BELTRÃO GONDIM
RECIFE	17º JECRC – CAPITAL / SUPLENTE 3ª TURMA RECURSAL CÍVEL – CAPITAL	JOÃO ISMAEL DO NASCIMENTO FILHO
RECIFE	18º JECRC – CAPITAL / TITULAR 8ª TURMA RECURSAL CÍVEL – CAPITAL	AUZIÊNIO DE CARVALHO CAVALCANTI
RECIFE	21º JECRC - CAPITAL	MARCOS ANTÔNIO NERY DE AZEVEDO
RECIFE	22º JECRC - CAPITAL	NILDO NERY DOS SANTOS FILHO
RECIFE	24º JECRC – CAPITAL / TITULAR 3ª TURMA RECURSAL CÍVEL – CAPITAL	JOSE MARCELON LUIZ E SILVA
RECIFE	25º JECRC - CAPITAL	HERALDO JOSÉ DOS SANTOS
OLINDA	2º JECRC - OLINDA	ANA VIRGÍNIA LAGO DA COSTA CARVALHO
OLINDA	3º JECRC - OLINDA	CÉLIA GOMES DE MORAIS
JABOATÃO DOS GUARARAPES	2º JECRC - JABOATÃO	FÁBIA AMARAL DE OLIVEIRA MELLO
JABOATÃO DOS GUARARAPES	3º JECRC - JABOATÃO	JOSE CARVALHO DE ARAGAO NETO